



Estado de Alagoas  
Assembléia Legislativa de Alagoas  
Gabinete do Dep. Judson Cabral ★

LIDO NO EXPEDIENTE  
EM 13/16/12

Assessoria Legislativa  
Proc. Nº 00209  
14/12  
Auricione

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 14/2012

AL COMIS  
Em 13/16/12



"ALTERA O ART. 10 DA RESOLUÇÃO  
Nº 467 DO REGIMENTO INTERNO DA  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL".

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL, faz saber que  
o Pde Legislativo Decreta e Promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º - O artigo 10º passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 10º - O mandato dos membros da Mesa diretora será de 2 [dois] anos,  
vedada a sua reeleição para o mesmo cargo.

Art. 2 - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação para todos os fins  
legais, revogadas as disposições em contrário.

SALA DAS SESSÕES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ETADUAL, em 14 de  
dezembro de 2011.

JUDSON CABRAL  
Deputado Estadual - PT

Palácio Tavares Bastos

Praça Dom Pedro II s/n - Centro - Maceió - AL

CEP: 57.020-908 - Telefax: (82) 3221-0580 - Tel.: (82) 3223-4369

E-mail: judsoncabral@uol.com.br - Home Page: www.judsoncabral-al.com



**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE ALAGOAS**

**PARECER Nº 073113**

**DA 2ª COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

**Processo nº - 002090/2012**

**Relator Especial: Deputado Ricardo Nezinho**

Encontra-se nesta Comissão, O Projeto de Resolução nº 14/12, de autoria do Deputado Judson Cabral, que "ALTERA O ART. 10 DA RESOLUÇÃO Nº 467 DO REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL".

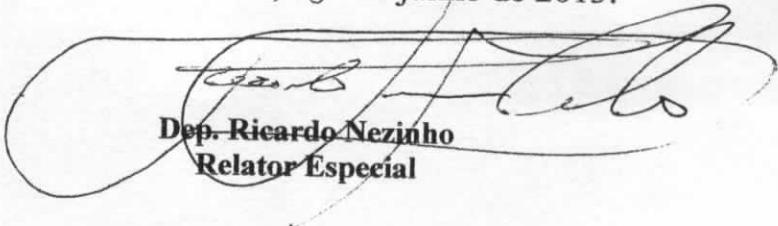
Trata-se de proposição que vem vedar a reeleição dos membros da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa para o mesmo cargo. Inicialmente destaca-se que a alteração pretendida não é a Resolução 467, mas a Resolução 436/2003.

Atendeu regimentalmente as disposições do art. 271 da Resolução 369/93. No entanto a Carta Política Estadual que trata da reeleição, parágrafo único do art. 70, que também foi objeto de Proposta de Emenda Constitucional – PEC 54/12, não foi admitida pela 2ª Comissão de Constituição, Justiça e Redação, portanto, mantém a mesma redação, o que se aprovada o Projeto de Resolução em apreço irá gerar antinomia com o texto constitucional, o que pela hierarquia das leis não pode ocorrer.

Existindo óbices quanto ao aspecto legal, nosso parecer é pela rejeição ao presente Projeto de Resolução.

É o parecer.

SALA DAS COMISSÕES DA ASSEMBLÉIA  
LEGISLATIVA ESTADUAL, em Maceió, 18 de junho de 2013.



**Dep. Ricardo Nezinho**  
**Relator Especial**